

Anexo M - Pesquisa indica saúde como maior problema do Estado (19/4/2013)

O PIRATINI ESCUTA

Pesquisa indica saúde como maior problema do Estado

Sondagem mostra também que a criação da EGR recebeu a aprovação de 52,2% dos consultados

ÁLVARO ANDRADE

Os maiores problemas do Rio Grande do Sul, segundo uma pesquisa de opinião encomendada pelo governo Tarso Genro, concentram-se em duas áreas vitais: a saúde, no topo da lista, e a segurança pública.

Com 2,4 mil entrevistados em 60 municípios, o levantamento foi obtido com exclusividade pela Rádio Gaúcha, por meio da Lei de Acesso à Informação.



Elaborado pela Foco Opinião e Mercado, de Santa Catarina, o diagnóstico foi concluído em janeiro e integra um pacote de quatro pesquisas adquiridas pelo Piratini, via pregão, ao custo de R\$ 400 mil.

Até então, os dados não haviam sido divulgados. Os resultados para duas perguntas – relacionadas ao governo Yeda Crusius e ao jornal Zero Hora – não estavam no relatório encaminhado pela Secretaria de Comunicação por meio da Casa Civil. ZH obteve os resultados em contato com a Foco Opinião e Mercado (*leia mais na página 10*).

Para 40,6%, a saúde pública lidera o ranking das preocupações, seguida da segurança – ou da falta dela – e da educação. A escassez de médicos e de remédios, as filas nos hospitais e postos e o combate ao tráfico e ao consumo de drogas aparecem em destaque como prioridades para o governo.

O estudo incluiu ainda a fundação da Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Criada para administrar o novo modelo de pedágios, a autarquia recebeu a aprovação de 52,2% dos consultados. Além disso, 50,3% disseram acreditar que a iniciativa irá melhorar a conservação das estradas.

Se a EGR ganhou o apoio da maioria, o esforço de Tarso para amenizar os efeitos da estiagem de 2012 foi criticado. Para 40,9%, a atuação ficou “abaixo das expectativas do que se espera de um governador diante desses fatos”. Só 6,6% afirmaram que as ações superaram o esperado.

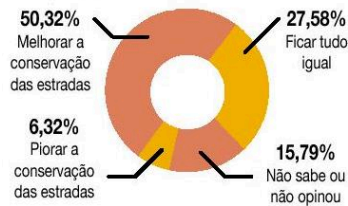
O chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, explicou a importância da pesquisa: – É um instrumento técnico que nos ajuda a compreender melhor como está sendo visto o governo e aquilo que precisa melhorar.

Dados do levantamento

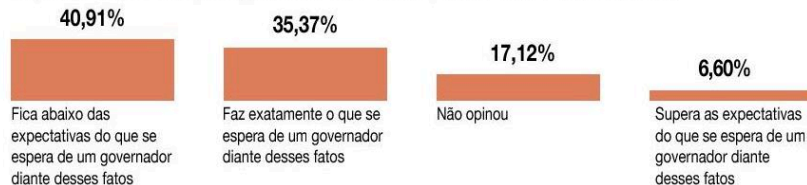
Os principais problemas do Estado



Com a criação da EGR, vai...



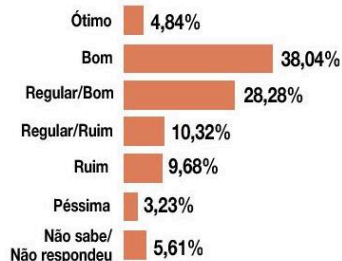
Opinião sobre o “esforço do governador Tarso Genro” para amenizar os efeitos da seca:



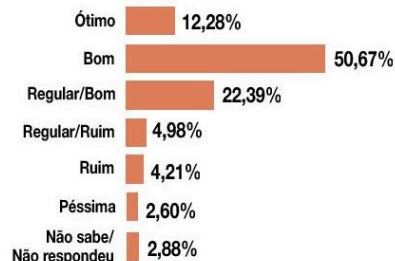
Prestação de contas orçamentárias



Avaliação do governo Tarso Genro



Avaliação do governo Dilma



Um sinal de alerta sobre a transparência

A transparência do governo Tarso não obteve bons resultados na pesquisa. Apenas 22,3% dos entrevistados perceberam melhorias nesse aspecto e 53,1% concluíram que “não melhorou nem piorou”.

Já 88% declararam ser “importante” ou “muito importante” a prestação de contas por parte do Executivo. Além disso, 61,5% destacaram ter interesse na prestação de contas do governo.

Por coincidência, no mesmo dia

em que a pesquisa veio a público, o chefe da Casa Civil, Carlos Pestana, reafirmou a posição de não divulgar os nomes e salários do funcionalismo estadual.

Na quarta-feira, o Tribunal de Justiça (TJ) afirmou que vai liberar, a partir de maio, a lista identificando servidores e magistrados e os respectivos vencimentos.

O anúncio do Judiciário ocorreu após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitir uma nova determina-

ção exigindo o respeito a uma resolução do próprio órgão. A normativa tem como base a Lei de Acesso à Informação. Ontem, a Associação dos Juizes do RS (Ajuris) recorreu ao STF contra a divulgação da lista.

Amparados por uma lei estadual, TJ, Assembleia Legislativa, Ministério Público, Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Piratini haviam feito um acordo de não tornar públicos os nomes dos funcionários junto a seus vencimentos.

Anexo N - Colarinho-branco já não é prioridade para PF (11/10/2012)

4

ZERO HORA QUINTA-FEIRA, 11 DE OUTUBRO DE 2012

Reportagem Especial

MUDANÇA DE FOCO

Colarinho-branco já não é prioridade para a PF



ADRIANA IRION e HUMBERTO TREZZI

Combate à corrupção cede espaço na agenda dos federais para ações contra o tráfico e o contrabando

Acena fez parar quem passava pela praça. Em 20 de agosto, policiais federais de Belo Horizonte colocaram mordacões e acenderam velas numa manifestação em frente à Assembleia Legislativa mineira. O presidente do Sindicato dos Policiais Federais em Minas Gerais (Sinpef), Renato Deslandes, não hesitou ao justificar o ato cênico: denunciar a retaliação que os policiais estariam sofrendo em decorrência de operações de combate à corrupção realizadas pela prestigiada Polícia Federal.

Os agentes estão mesmo sendo perseguidos por prenderem políticos? É o que dizem alguns grevistas, mas não há indícios concretos que corroborem isso. O perceptível para grande parte da sociedade é que a Polícia Federal mudou seu foco. Ao contrário de tempos recentes, quando o combate feito pelos federais aos crimes de colarinho-branco ganhava as manchetes, a maior parte das ações da PF (inclusive no Rio Grande do Sul) prioriza outros tipos de delito. Corrupção deixou de ser prioridade, e a imensa maioria das operações é voltada para a repressão ao tráfico e ao contrabando.

ZH fez um levantamento das 151 operações realizadas pela PF no Estado desde 2008 – uma média de 30 por ano. Apenas 10% delas visaram crimes do colarinho-branco e corrupção. O grande destaque foi para reprimir os chamados crimes de fronteira. Mais da metade das operações (79) envolveu tráfico (de drogas, armas ou pessoas) ou contrabando. Em 2007, o então ministro da Justiça Tarso Genro fez um balanço e mostrou que 20% de todas as 188 operações nacionais da PF naquele ano tinham se voltado contra a corrupção. Ou seja, de um ano para outro a polícia mudou de rumo.

Dois experientes procuradores federais ouvidos por ZH, Douglas Fischer e Alexandre Schneider, dizem ser “inequívoco” que as ações contra corrupção representam um percentual muito baixo das operações da PF. Mas ressaltam que a razão pode ser cultural. Schneider, que integra

o Grupo de Controle Externo da PF (com missão de analisar a performance dos inquéritos), considera que um dos motivos para a corrupção deixar de ser prioridade é que investigar colarinho-branco vai muito além de prender, como é com o tráfico.

– Tem de ouvir, rastrear dinheiro, chegar bens, às vezes por anos. Dá trabalho. E existe toda uma cultura policial voltada para outros crimes mais visíveis, como o contrabando – analisa Schneider, um dos procuradores que atuaram na maior ação federal envolvendo corrupção em órgão público no Estado, a Operação Rodin, de 2007, que apurou fraude no Detran.

O juiz da 1ª Vara Criminal Federal de Porto Alegre, José Paulo Baltazar Junior, acredita que houve mesmo uma diminuição no ritmo dos casos de colarinho-branco. Mas ressalta que o trabalho contra doleiros continua firme.

Presidente da Associação dos Delegados da PF no Estado, Sérgio Busato está convicto de que a instituição deu uma guinada tática, e a repressão na região fronteira virou prioridade. Inclusive em verbas. O orçamento do Ministério da Justiça, ressalta ele, sofreu cortes. Antes de R\$ 2 bilhões anuais e mais R\$ 1,2 bilhão para o Pronasci, agora o total é de R\$ 2 bilhões. O corte nas verbas se reflete na rotina dos agentes e alimenta a greve, que já dura 65 dias. O governo determinou que todas as diárias sejam submetidas à autorização prévia. Cada vez que o limite é extrapolado, a PF é duramente cobrada.

A Associação dos Delegados da PF chegou a publicar nota insinuando que estaria ocorrendo uma “desidratação (da instituição) voltada a evitar eventual desconforto ao governo, notadamente nas operações de combate à corrupção”. Busato usa palavras mais amenas.

– A PF ganhou respeitabilidade não por priorizar o contrabando, mas por ter atingido a camada política antes imune às investigações. Será que a atual opção agrada à população? – pondera Busato.

adriana.irion@zerohora.com.br
humberto.trezi@zerohora.com.br

4 hipóteses para a guinada

- 1** Corte de verbas no Ministério da Justiça. Com isso, fica difícil o pagamento de diárias para os agentes do Interior reforçarem complicadas e demoradas investigações de corrupção nas capitais. Há menos trânsito de policiais.
- 2** A prioridade mudou. Agora é guarnecer a fronteira contra o tráfico de drogas e produtos pirateados. Isso atende a uma pressão crescente dos Estados Unidos e da Europa contra o uso do Brasil como entreposto para embarque dessas mercadorias ilegais em direção aos EUA e países europeus.
- 3** Algumas operações da PF, como a Satiagraha (anulada na Justiça após uso ilegal de arapongas na investigação) ou as que usaram algemas na prisão de políticos, geraram mal-estar no governo. Há orientação de mais cautela e menos publicidade nas ações.
- 4** Prender traficantes e contrabandistas é mais simples, porque basta ter materialidade (encontrar produto ilegal com eles). Já rastrear lavagem de dinheiro é complexo, demorado e, muitas vezes, infrutífero.

O selo Livre Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012.



Patrocinadores da Liga dos Fanáticos

para sediar o Mundial

MUDANÇAS E INVESTIMENTOS

O clube é responsável pelas conexões de acesso à internet e concorda em realizar qualquer modificação para atender aos requerimentos da Fifa. O Inter deve assegurar pelo menos oito bilheterias perto da área de acesso, além de um sistema eletrônico para checar a validade dos ingressos e das credenciais. O contrato dá permissão à Fifa para instalar estruturas para patrocinadores e mídia, que podem ser vendidas, depois, ao Inter.

OPERAÇÃO DO ESTÁDIO

O Inter opera, arcando com os custos, o estádio durante a Copa, de acordo com requerimentos da Fifa. Concorda em fornecer ferramentas como empilhadeiras e contratar funcionários para as demandas da entidade. Garante que as instalações sejam operadas e mantidas por sua equipe. Além disso, responsabiliza-se por organizar e manter as áreas de estacionamento, incluindo estruturas temporárias, como banheiros.



ENTREVISTA > VITORIO PIFFERO

Ex-presidente do Inter

“Estamos cedendo o nosso quintal”

O ex-presidente do Inter assinou os contratos com a Fifa para receber a Copa. O atual presidente, Giovanni Luigi, não quis se manifestar.

Zero Hora – O contrato entre Inter e Fifa aponta que as responsabilidades pelas estruturas temporárias é do Inter, não?

Vitorio Piffero – O Stadium Agreement fala que o clube se obriga a ceder todo o ambiente do estádio. E também as áreas externas com espera para água, luz e esgoto, para que a Fifa faça as instalações. É muito claro.

ZH – Mas o artigo 8.3 diz que o estádio deve ser entregue à Fifa e ao COL pelo Inter, que é responsável por qualquer custo associado.

Piffero – Esse artigo não fala das áreas externas, mas do estádio.

ZH – O que vem sendo dito sobre temporárias não é responsabilidade do clube?

Piffero – O Inter tem de ceder as áreas externas niveladas e pavimentadas com as esperas. Equivale a dizer que o sujeito vai passar o Carnaval na casa do sogro em Quintão. A casa é pequena, ele pega a barraca e

o sogro cede o pátio. Ele põe uma extensão e pega luz da casa, pega uma mangueira e tem água na barraca. Estamos cedendo o nosso quintal.

ZH – O senhor reconhece que o Inter é responsável pela limpeza do estádio, por dispor banheiros, pela necessidade de energia...

Piffero – Não, o Inter tem de entregar o estádio limpo. A partir do momento em que a Fifa entra lá, o Inter some. Tem de botar um gerente lá.

ZH – Pago pelo clube, conforme consta no aditivo.

Piffero – Desconheço isso.

ZH – O senhor disse que não se tinha ideia do tamanho das estruturas quando assinou o contrato.

Piffero – Com certeza. Quando apresentamos a planta do estádio, disseram que o Centro de Eventos era maravilhoso. O valor pelas temporárias surgiu após a Copa das Confederações. Ninguém falava nisso.

ZH – O senhor não acha que o contrato permite que a Fifa cobre esses itens do dono do estádio?

Piffero – O contrato se presta a uma discussão grande. Mas a responsabilidade não é do Inter.

Fifa usará área externa a partir de 15 de abril

No coração da Copa
Eduardo Gabardo / Rio

A aguardada entrevista coletiva do secretário-geral da Fifa, no Maracanã, ontem à tarde, começou com Jérôme Valcke falando sobre a situação do Beira-Rio. Depois de uma longa reunião com a comitiva gaúcha na quarta, este foi um dos assuntos principais no encontro de diretoria da entidade. Na mesma resposta, logo no início do evento, ele fez elogios e cobranças:

– A solução principal foi encontrada nesses dias, o financiamento das estruturas temporárias foi aprovado. Sim, é um desafio, a inauguração do estádio será na primeira semana de abril. São 140 mil metros quadrados a serem pavimentados do lado externo. A Fifa precisa dos primeiros 10 mil metros quadrados até o dia 15 de abril. Nessa parte, vamos instalar as fibras óticas, equipamentos de TV e cabeamento. As próximas três semanas serão decisivas, teremos muito trabalho.

No fim do evento, Thierry Weil, diretor de marketing da Fifa, informou que a previsão de abertura dos Centros de Distribuição de Ingressos é para 18 de abril. Thierry disse que não recebeu uma informação concreta do local do CDI em Porto Alegre, que será no BarraShoppingSul, por isso pode haver um atraso na capital gaúcha.



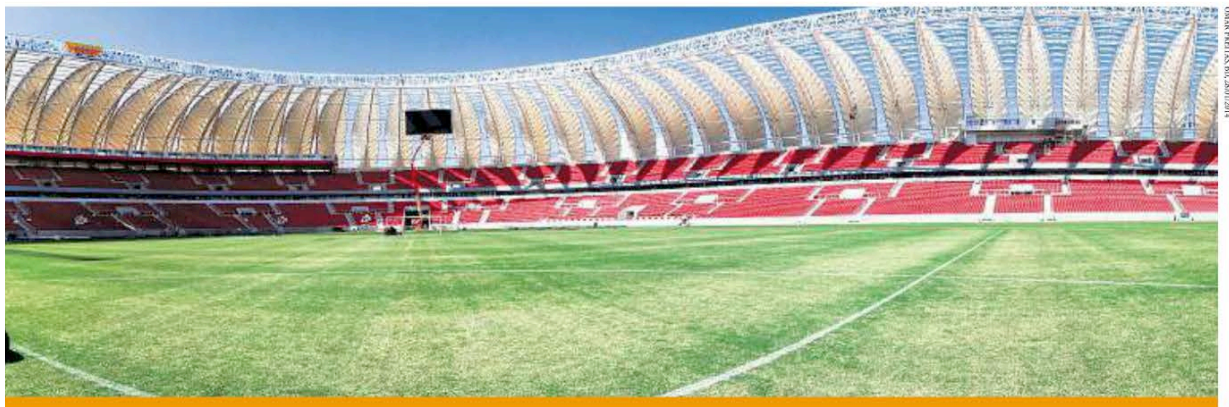
66

JÉRÔME VALCKE
Secretário-geral da Fifa

A solução principal foi encontrada. São 140 mil metros quadrados a serem pavimentados. As próximas três semanas serão decisivas, teremos muito trabalho.

CORREÇÃO

Zero Hora informou errado, na página 58 da edição de ontem, o número de dias que faltam para o início da Copa do Mundo. Não eram 76, mas 77.



Anexo P - Na campanha, mais CCs em férias (24/10/2012)

12 Política

ZERO HORA QUARTA-FEIRA, 24 DE OUTUBRO DE 2012



REFORÇO NA CAPITAL

Na campanha, mais CCs em férias

Durante disputa pela reeleição de Fortunati, número de funcionários comissionados afastados das atividades aumentou 161%

JULIANA BUBLITZ

Nos meses de agosto e setembro, em plena campanha eleitoral, 201 funcionários com cargos de confiança (CCs) na prefeitura de Porto Alegre entraram em férias ou receberam licença-prêmio.

O número – fornecido a ZH por meio da Lei de Acesso à Informação – representa um incremento de 161% em relação ao mesmo período no ano passado.



Só do gabinete do prefeito José Fortunati (PDT), reeleito com 65% dos votos válidos, saíram 32 pessoas – em 2011, foram nove. No caso específico das licenças, a debandada foi ainda maior: de 17 CCs para 101, um aumento equivalente a 494%.

As estatísticas chamam a atenção de especialistas consultados por ZH. Para o cientista político Fernando Filgueiras, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a maioria dos CCs saiu para trabalhar na campanha, empunhando bandeiras e distribuindo santinhos:

– O número de CCs no Brasil extrapola o bom senso e produz números alarmantes como esses de Porto Alegre. A gestão pública não pode parar por conta das eleições. Como ficam os cidadãos que dependem de serviços essenciais?

Os 201 CCs representam 30% dos cerca de 600 servidores contratados por indicação. Mesmo que suas atividades possam ser mantidas pelos demais colegas durante os dias de ausência, uma outra questão merece discussão: apesar de afastados, eles continuam sustentados pelos cofres municipais.

– Para mim, isso é uso indevido do recurso público – resume o cientista político Hermílio Santos, da PUERS.

A solução para essa situação, segundo Santos, passa pela profissionalização da administração municipal. Em outras palavras, é necessário ampliar os concursos e escolher os melhores em suas áreas e, por consequência, reduzir o espaço para a troca de cargos por apoio político.

juliana.bublitz@zerohora.com.br

COMPARAÇÕES

Confira o número de CCs da prefeitura de Porto Alegre que entraram em férias ou licença em agosto e setembro deste ano, em comparação com mesmo período de 2011



Sistema Unimed Rio Grande do Sul. Comemore com o melhor sistema de saúde da sua vida.

Criado e mantido por médicos.

Este é o Sistema Unimed-RS, a Unimed das Unimed, que nos últimos 40 anos criou um universo de coisas boas para proteger você e sua família.



ENTREVISTA **Joel Formiga** Cientista político da USP

“Há uma discussão ética aí”



Integrante do Núcleo de Pesquisa em Políticas Públicas da USP, o cientista político Joel Formiga faz uma avaliação crítica da atuação dos CCs. Para ele, a debandada dos funcionários em período eleitoral é um indicativo de que a maioria sai para fazer campanha.

Zero Hora – No período eleitoral, o número de CCs em férias ou em licença na prefeitura de Porto Alegre aumentou em 161%. Como o senhor avalia isso?

Joel Formiga – É um indicio de que muitos podem ter saído para fazer campanha e, possivelmente, atuaram como cabos eleitorais pagos com dinheiro público. Infelizmente, essa prática é comum no Brasil. Não se restringe a Porto Alegre.

ZH – Na prefeitura, a avaliação é de que não houve ilegalidade. O senhor concorda?

Formiga – Em teoria, pode até não ser ilegal, afinal, esses funcionários parecem ter mesmo direito a férias e a licença. Pior seria atuarem como cabos eleitorais durante o expediente normal de trabalho. Mas essa concentração no período eleitoral só reforça a percepção de que os CCs têm uma agenda política. Seu

compromisso é com os políticos responsáveis por sua nomeação, mais do que com o serviço público que os emprega e remunera. Há uma discussão ética aí.

ZH – Se 201 CCs puderam sair ao mesmo tempo, será mesmo que são tão necessários à administração?

Formiga – Essa é outra questão importante e merece reflexão. O que parece é que eles não são realmente necessários, porque, se fosse assim, não poderia haver essa debandada simultânea. Se não faz falta, então talvez não deveriam existir esses cargos, que acabam funcionando de forma indireta e distorcida como financiamento público de campanha. Estatísticas desse tipo evidenciam algo que todos já desconfiavam: que há um excesso de CCs no serviço público.

Prefeitura orientou servidores

A prefeitura da Capital reconhece que a ampliação do número de CCs em férias e em licença-prêmio durante a disputa municipal foi motivada, de fato, pelo pleito. Mas sustenta que era a melhor alternativa para evitar o uso indevido da máquina.

Desde o início do processo eleitoral, segundo o procurador-geral adjunto do município, Marcelo do Canto, o prefeito e sua equipe preocuparam-se em impedir, a todo custo, que servidores em campanha usassem a estrutura da administração em favor de seus candidatos.

– Por orientação do Tribunal Regional Eleitoral e da própria legislação interna, fomos rigorosíssimos. Quem tinha interesse em participar diretamente das eleições tinha três opções: férias, licença ou exoneração – explica Canto.

Para deixar clara a orientação, Canto diz que foram realizadas duas reuniões de Fortunati com os secretários. Todos foram notificados e receberam cartilhas com as restrições legais. Canto diz que a saída dos 201 CCs não prejudicou a gestão, já que a prefeitura tem 30 mil servidores.

Férias na eleição

A favor

- **Não há** risco de os CCs usarem o tempo de expediente para questões eleitorais.
- **É uma** forma de impedir que façam uso da máquina em favor de seus candidatos.

Contra

- **Os CCs** continuam recebendo, portanto, é como se fossem pagos para fazer campanha.
- **Os servidores** em férias trabalhando na campanha desequilibraram a disputa em favor de seus candidatos.

O selo Livre Acesso acompanha reportagens resultantes da Lei de Acesso à Informação, em vigor desde 16 de maio de 2012.